

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA Primeira Câmara Criminal 1ª Turma Processo: HABEAS CORPUS CRIMINAL n. 8007319-96.2022.8.05.0000 Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal 1ª Turma PACIENTE: PAULO RODRIGUES DA SILVA e outros (2) Advogado (s): LUCIO JOSE ALVES JUNIOR, RONIVA APOLINARIO MARTINS DE OLIVEIRA IMPETRADO: JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CRIME DE GUANAMBI Advogado (s): ACORDÃO EMENTA. HABEAS CORPUS – TRÁFICO DE DROGAS – AFASTADA A NULIDADE DA PRISÃO POR SUPOSTA VIOLAÇÃO DE DOMICÍLIO – EXISTÊNCIA DE INDÍCIOS DE QUE A ENTRADA NA RESIDÊNCIA DO PACIENTE FOI AUTORIZADA PELO MORADOR E DE QUE RESTOU CONFIGURADO O FLAGRANTE – PREJUDICADA A ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE FUNDAMENTOS PARA A DECRETAÇÃO DA SEGREGAÇÃO PREVENTIVA – REVOGAÇÃO DA CUSTÓDIA PELA AUTORIDADE COATORA E CONCESSÃO DE LIBERDADE PROVISÓRIA COM FIXAÇÃO DE OUTRAS MEDIDAS CAUTELARES – DENEGAÇÃO DA ORDEM NO TOCANTE AO PLEITO DE DECLARAÇÃO DE NULIDADE DOS ELEMENTOS INDICIÁRIOS COLHIDOS NA FASE EXTRAJUDICIAL E PREJUDICIALIDADE DO PEDIDO RELATIVO AO RELAXAMENTO DA CUSTÓDIA PREVENTIVA. I – De acordo com a decisão que fundamentou a prisão preventiva do paciente, no dia 01/02/2022, ao realizar uma ronda na região, policiais abordaram um indivíduo, que havia saído de uma casa conhecida como “boca de fumo”. Com ele foram encontrados duas porções de maconha, de modo que teria dito aos policiais que as adquiriu com o paciente. Ato contínuo, os agentes estatais dirigiram-se até a residência do suplicante, o qual teria confessado o crime e permitido a entrada dos policiais em sua moradia, onde foram apreendidos “uma pistola PT 58 380, dois carregadores, 12 munições cal 380, 26 porções pequenas, 3 porções médias e 2 tabletes grandes de substância semelhante a maconha; 1 Iphone branco; 1 triturador; 1 faca; diversas embalagens para acondicionamento de droga; 02 balanças de precisão; 01 máquina de cartão e o valor de R\$ 670,00 em espécie”. II – Em relação à alegação de nulidade devido à suposta invasão de domicílio de onde os elementos indiciários foram inicialmente colhidos, é válido ressaltar que este remédio constitucional não comporta dilação probatória, razão pela qual o reconhecimento de vícios procedimentais deve ser indubitável, de modo que tal questionamento será apreciado sob tal perspectiva. No caso sub judice, o relato extrajudicial dos agentes de segurança pública revela que um usuário de drogas indicou o paciente como sendo a pessoa responsável pela venda dos entorpecentes, pois teria dito aos policiais que adquiriu narcóticos na casa do suplicante. Além disso, os agentes estatais afirmaram que a entrada no imóvel do acusado foi por ele permitida. Nessa linha intelectual, a discussão proposta pelos Impetrantes sugere uma análise mais aprofundada acerca dos elementos que ainda serão confrontados por ocasião da consolidação do contraditório na ação principal, dado que os aspectos fáticos delineados neste writ ainda não estão associados às versões produzidas em juízo. Contudo, ainda nessa fase incipiente das investigações, é possível notar a presença de indícios de que a entrada no imóvel foi autorizada pelo morador e de flagrância do delito de comércio de drogas, de sorte que, em princípio, os parâmetros de legalidade dispostos no texto constitucional para incursão policial em domicílio foram observados. Logo, resta afastada a tese de nulidade veiculada na Exordial. III – No tocante à fundamentação do veredito combatido, a título de informações judiciais, a autoridade coatora noticiou que revogou a segregação provisória do paciente, em 26/04/2022, condicionando a liberdade provisória ao cumprimento de medidas cautelares diversas da prisão. Nesse contexto, observa-se que o requerimento subsidiário dos Impetrantes foi atendido in totum pelo MM. Juízo a quo,

posto que houve o relaxamento da custódia com estipulação das referidas medidas previstas no art. 319 do CPP. Dessa forma, considerando o disposto no art. 659 do Código de Processo Penal, não mais incide à espécie o aludido constrangimento ilegal, motivo pelo qual, nesse aspecto, resta prejudicado o pedido formulado na Exordial. IV – Ante o exposto, julga-se pela prejudicialidade do pedido relativo ao relaxamento da custódia preventiva e pela denegação da ordem no tocante ao pleito de declaração de nulidade dos elementos indiciários colhidos na fase extrajudicial.

PREJUDICIALIDADE DO PEDIDO RELATIVO AO RELAXAMENTO DA CUSTÓDIA PREVENTIVA E DENEGACÃO DA ORDEM NO TOCANTE AO PLEITO DE DECLARAÇÃO DE NULIDADE DOS ELEMENTOS INDICIÁRIOS COLHIDOS NA FASE EXTRAJUDICIAL. HC Nº

8007319-96.2022.8.05.0000 – GUANAMBI/BA. RELATOR: DESEMBARGADOR ESERVAL ROCHA ACÓRDÃO Relatados e discutidos estes autos de Habeas Corpus nº 8007319-96.2022.8.05.0000 da Comarca de Guanambi/BA, impetrado por LÚCIO JOSÉ ALVES JÚNIOR e RONIVÃ APOLINÁRIO MARTINS DE OLIVEIRA em favor de PAULO RODRIGUES DA SILVA. Acordam os Desembargadores integrantes da 1ª Turma Julgadora da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, à unanimidade, em julgar pela prejudicialidade do pedido relativo ao relaxamento da custódia preventiva e pela denegação da ordem no tocante ao pleito de declaração de nulidade dos elementos indiciários colhidos na fase extrajudicial, na forma do relatório e do voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Sala das Sessões, de de 2022. Presidente Desembargador Eserval Rocha
Relator Procurador (a) PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL 1ª TURMA DECISÃO

PROCLAMADA Denegado Por Unanimidade Salvador, 5 de Julho de 2022.

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA Primeira Câmara Criminal 1ª Turma Processo: HABEAS CORPUS CRIMINAL n.

8007319-96.2022.8.05.0000 Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal 1ª Turma

PACIENTE: PAULO RODRIGUES DA SILVA e outros (2) Advogado (s): LUCIO JOSE ALVES JUNIOR, RONIVA APOLINARIO MARTINS DE OLIVEIRA

IMPETRADO: JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CRIME DE GUANAMBI Advogado (s): RELATÓRIO

I – Os advogados LÚCIO JOSÉ ALVES JÚNIOR, (OAB-BA nº 36.036/BA) e RONIVÃ APOLINÁRIO MARTINS DE OLIVEIRA (OAB/BA nº 45.873) impetraram ordem de Habeas Corpus, com pedido liminar, em favor de PAULO RODRIGUES DA SILVA, “brasileiro, união estável, portador da carteira de identidade de RG nº 2067375644, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o número 069.055.025-10”, sem atividade laborativa comprovada nos autos, apontando como autoridade coatora o M.M. Juiz de Direito da Vara Criminal da comarca de Guanambi-BA. De acordo com a decisão que fundamentou a prisão preventiva do paciente, no dia 01/02/2022, ao realizar uma ronda na região, policiais abordaram Julio Cesar Cardoso Neves, que havia saído de uma casa conhecida como “boca de fumo”. Com ele foram encontrados duas porções de maconha, de modo que teria dito aos policiais que as adquiriu com o paciente. Ato contínuo, os agentes estatais dirigiram-se até a residência do suplicante, o qual teria confessado o crime e permitido a entrada dos policiais em sua moradia, onde foram apreendidos “uma pistola PT 58 380, dois carregadores, 12 munições cal 380, 26 porções pequenas, 3 porções médias e 2 tablets grandes de substância semelhante a maconha; 1 Iphone branco; 1 tritador; 1 faca; diversas embalagens para acondicionamento de droga; 02 balanças de precisão; 01 máquina de cartão e o valor de R\$ 670,00 em espécie” (ID: 25334486) Em razão desse acontecimento, foi decretada a prisão preventiva do indiciado. Contudo, os Impetrantes alegam que as provas

colhidas na investigação são ilícitas e, portanto, nulas, pois a apuração realizada pela polícia efetivou-se mediante violação de domicílio, dado que o paciente não permitiu a entrada no referido imóvel. Além disso, afirmam que a decisão vergastada carece de fundamentação, posto que lastreada em argumentos genéricos sem indicação dos fatos que supostamente teriam o condão de conferir substrato à necessidade da custódia cautelar, violando a disposição contida no art. 315 do CPP. Consignam que o delito de tráfico não comporta violência ou grave ameaça, de modo que consiste em infração de menor gravidade. Aduzem que o suplicante é primário, nunca foi preso, não responde a processo de natureza criminal e não integra organização criminosa, razão pela qual sua liberdade não representa risco à ordem pública. Como tese subsidiária, pleiteiam a estipulação das medidas previstas no art. 319 do CPP. Recebido este writ e verificada a presença de pedido liminar, este foi indeferido pelo Juiz Paulo Sérgio Barbosa de Oliveira, o qual me substituiu, para fins de apreciação da tutela de urgência por ocasião de meu afastamento, conforme decisão (ID nº 26416012). Foram prestadas as informações pela autoridade dita coatora (ID: 29131289). Em parecer lavrado pelo (a) Procurador (a) Eny Magalhães Silva, a Procuradoria de Justiça opinou pela prejudicialidade da ordem (ID nº 30260275). É o relatório. Salvador/BA, 16 de junho de 2022.

Des. Eserval Rocha – 1ª Câmara Crime 1ª Turma Relator PODER
JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA Primeira Câmara Criminal
1ª Turma Processo: HABEAS CORPUS CRIMINAL n.
8007319-96.2022.8.05.0000 Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal 1ª
Turma PACIENTE: PAULO RODRIGUES DA SILVA e outros (2) Advogado (s):
LUCIO JOSE ALVES JUNIOR, RONIVA APOLINARIO MARTINS DE OLIVEIRA
IMPETRADO: JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CRIME DE GUANAMBI Advogado
(s): VOTO II – Em relação à alegação de nulidade devido à
suposta invasão de domicílio de onde os elementos indiciários foram
inicialmente colhidos, é válido ressaltar que este remédio constitucional
não comporta dilação probatória, razão pela qual o reconhecimento de
vícios procedimentais deve ser indubitável, de modo que tal questionamento
será apreciado sob tal perspectiva. No caso sub judice, o relato
extrajudicial dos agentes de segurança pública revela que um usuário de
drogas indicou o paciente como sendo a pessoa responsável pela venda dos
entorpecentes, pois teria dito aos policiais que adquiriu narcóticos na
casa do suplicante. Além disso, os agentes estatais afirmaram que a
entrada no imóvel do acusado foi por ele permitida. Nessa linha
intelectiva, a discussão proposta pelos Impetrantes sugere uma análise
mais aprofundada acerca dos elementos que ainda serão confrontados por
ocasião da consolidação do contraditório na ação principal, dado que os
aspetos fáticos delineados neste writ ainda não estão associados às
versões produzidas em juízo. Contudo, ainda nessa fase incipiente das
investigações, é possível notar a presença de indícios de que a entrada no
imóvel foi autorizada pelo morador e de flagrância do delito de comércio
de drogas, de sorte que, em princípio, os parâmetros de legalidade
dispostos no texto constitucional para incursão policial em domicílio
foram observados. Logo, resta afastada a tese de nulidade veiculada na
Exordial. No tocante à fundamentação do veredito combatido, a título de
informações judiciais, a autoridade coatora noticiou que revogou a
segregação provisória do paciente, em 26/04/2022, condicionando a
liberdade provisória ao cumprimento de medidas cautelares diversas da
prisão (ID: 29131289). Nesse contexto, observa-se que o requerimento
subsidiário dos Impetrantes foi atendido in totum pelo MM. Juízo a quo,

posto que houve o relaxamento da custódia com estipulação das referidas medidas previstas no art. 319 do CPP. Dessa forma, considerando o disposto no art. 659 do Código de Processo Penal, não mais incide à espécie o aludido constrangimento ilegal, motivo pelo qual, nesse aspecto, resta prejudicado o pedido formulado na Exordial. CONCLUSÃO III – Ante o exposto, julga-se pela prejudicialidade do pedido relativo ao relaxamento da custódia preventiva e pela denegação da ordem no tocante ao pleito de declaração de nulidade dos elementos indiciários colhidos na fase extrajudicial. Determino que a secretaria providencie o encaminhamento de cópia do presente acórdão direcionada à autoridade coatora. Sala das Sessões, de de 2022. Presidente Desembargador Eserval Rocha Relator Procurador (a)